

1.12 • Conjuntura internacional

Israel: as batalhas de “Bibi” (I)

Margarida Santos Lopes

UMA DAS MAIS EXTRAORDINÁRIAS “revoluções” no Médio Oriente ocorreu nos Estados Unidos. Em Novembro de 2012, pela primeira vez numas eleições presidenciais, os judeus norte-americanos não escolheram o candidato que mais cortejou Israel (o republicano Mitt Romney) mas aquele que o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu se esforçou tanto por derrotar (o democrata Barack Obama). Como escreveu Larry Derfner na revista *online* +972, conotada com a esquerda secular: “Foi vencido o nacionalismo judaico e triunfou o humanismo judaico”.

“Todas as eleições israelitas”, observou Derfner, que também foi colunista do jornal *The Jerusalem Post*, ligado à direita, “têm sido uma batalha entre aqueles dois campos antagónicos”, mas essa divisão nunca se verificara nos EUA. E quando confrontados com ela, 70% dos 6,5 milhões de judeus norte-americanos ofereceram a Obama um segundo mandato de quatro anos, ignorando as advertências de Netanyahu. Mais: segundo uma sondagem do grupo de pressão J. Street, inquiridos sobre as prioridades na hora de votar, “só 10%” dos judeus norte-americanos responderam que era Israel. “Nove em cada dez” enumeraram problemas como o desemprego e os cuidados de saúde.

Para Derfner, “é justo dizer” que, nesses 70% “estiveram todos os judeus norte-americanos humanistas e nenhum nacionalista, aquele que vê o mundo em termos de ‘nós versus eles’.” Foi “um duro golpe”, acrescentou, “para os republicanos, a direita judaica americana, o lobby israelita, Netanyahu, o Likud-Beitenu [aliança com o partido extremista de Avigdor Lieberman] e os colonos.” Netanyahu interveio sem pudor na campanha nos EUA e fez tudo para embarçar o Presidente, incluindo exigir ao principal aliado que definisse “linhas vermelhas” para travar o programa nuclear do Irão, fazendo pairar o espectro de uma guerra que Israel poderia travar sem luz verde prévia de Washington. Já em 2010, segundo o ex-espião da Mossad Yossi Melman, Netanyahu e o seu anterior ministro da Defesa Ehud Barak “tencionavam desencadear uma série de acontecimentos que criasse tensão e provocasse o Irão, conduzindo eventualmente a uma guerra que pudesse arrastar os EUA”. Isso, refere Melman, “criaria factos incontrolláveis no terreno”. No final de uma reunião ultra-secreta, o então chefe de Estado-maior Gabi Ashkenazi, e o antigo director da Mossad Meir Dagan terão convencido todo o “gabinete restrito de segurança”, de que a “uma deriva messiânica não só causaria uma guerra

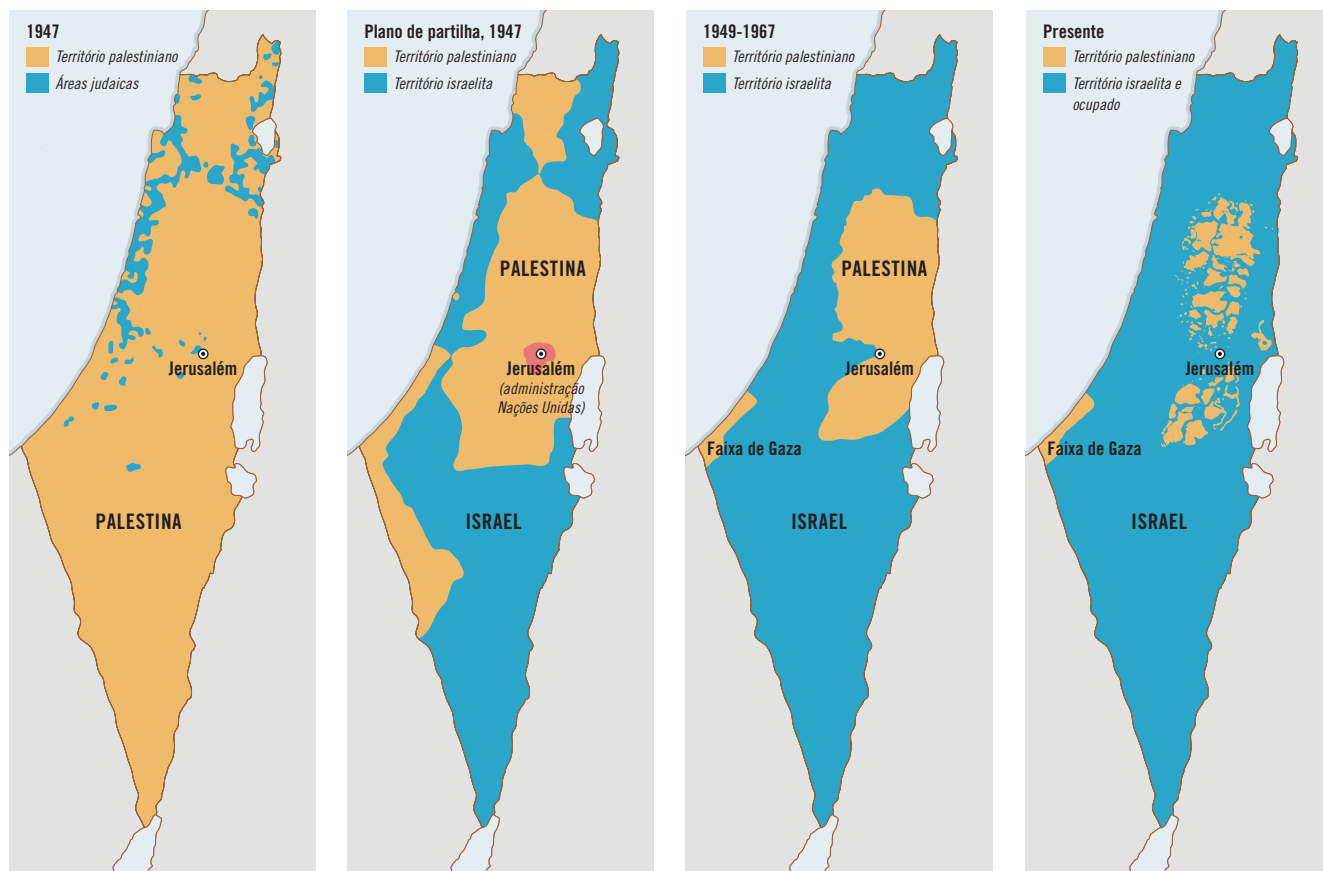
regional como arruinaria décadas de cooperação estreita e estratégica com os EUA.”.

Não admira, pois, que Derfner tenha qualificado a derrota da dupla Netanyahu-Romney como um tremor de terra. “Talvez desde o 11 de Setembro que vemos os republicanos e Israel unidos contra o resto do mundo, juntos crescendo cada vez mais beligerantes e paranóicos.” Os 70% de judeus que votaram em Obama “rejeitaram essa mentalidade – e se a América e 70% dos judeus a rejeitaram, imaginem o que o resto do mundo pensa.”.

Em Israel, nas eleições de 22 de Janeiro, Netanyahu também foi confrontado com o resultado inesperado, ao não prever a ascensão de duas importantes forças políticas: o partido centrista Yesh Atid, liderado por Yair Lapid, que conseguiu um surpreendente segundo lugar, e o Bayit Yehudi, de Naftali Bennett, milionário de extrema-direita. O Likud-Beitenu ficou com 31 lugares dos 120 no Knesset (Parlamento).

Viver sem uma solução

Em Novembro, o alegado “estado de choque” de Netanyahu não impediu que, logo após a reeleição de Obama, o Ministério da Habitação de Israel anunciasse a abertura de um concurso para mais 1.300 casas a serem construídas, ilegalmente, em Jerusalém Oriental e na Cisjordânia.



Perda de território palestino de 1947 a 2012. Adaptação: OBSERVARE.

Desautorizado pelos chefes de segurança quanto ao Irão – no segundo mandato, analistas prevêem que Obama (cuja primeira visita oficial foi ao Médio Oriente) insistirá na via diplomática, até porque da República Islâmica a “linha dura” tem enviado sinais de que já não é tabu negociar com o “grande satã” –, Netanyahu decidiu virar-se para o *dossier* palestino. Em Novembro de 2012, o comandante militar do Hamas em Gaza, Ahmad Jabari, foi morto no decurso de uma ofensiva com *drones* (aparelhos não tripulados) do Exército israelita. A operação, designada *Pilar de Defesa*, marcou o regresso aos assassinios selectivos e extrajudiciais, depois de o movimento islamista, com arsenais alegadamente reforçados, incluindo mísseis Fajr capazes de atingir Telavive, ter lançado sobre o Sul de Israel mais de uma centena de *rockets*. Muitos analistas em Telavive já previam uma nova ofensiva em larga escala (aérea e até terrestre). Alguns notaram o *timing* desta escalada – e um padrão que se repete: ocorreu quando Jabari negociava uma trégua permanente; cerca de quatro anos depois da *Operação Chumbo Endurecido* (2008-09); e em vésperas de novas eleições em Israel. Na oposição, ouviram-se vozes contra “um governo pirómano”. Ao assassinio de Jabari seguiu-se uma escalada de violência que obrigou os EUA a intervir junto do Egipto para que o novo governo da Irmandade Muçulmana negociasse um cessar-fogo.

Após aceitar as condições do Cairo para pacificar a sua “fronteira” com Gaza, incluindo o fim de (algumas) restrições à entrada de pessoas e bens, Netanyahu enfrentou uma significativa derrota na frente diplomática, quando a Assembleia Geral da ONU adoptou, em 29 de Novembro, uma resolução promovendo a Palestina de “entidade observadora não membro” a “Estado observador não membro” da organização-estatuto igual ao do Vaticano. A resolução teve 138 votos a favor (incluindo o de Portugal), nove contra (um deles, o dos EUA e, naturalmente, o de Israel), e 41 abstenções – sendo a mais extraordinária, a da Alemanha.

O resultado foi lido como um sinal da comunidade internacional de que o presidente da Autoridade Palestiniana, Mahmoud Abbas, deve ser apoiado e não ostracizado. O Hamas tem obtido de Israel mais concessões, pela via militar (designadamente, a libertação de centenas de prisioneiros), do que Abbas e a sua Fatah, em negociações políticas. A data marcada para a votação foi simbólica: o aniversário da divisão da Palestina em dois Estados em 1948. A votação favorável por parte da Assembleia-Geral, onde não há direito a veto, abre um cenário sombrio: o de a Palestina poder ser também aceite como membro do Tribunal Criminal Internacional da ONU, em Haia (Holanda), e requerer o julgamento de líderes israelitas por crimes de guerra – estabelecendo um precedente para que outros países (em especial os que já aplicam sanções aos produtos provenientes de colonatos) sigam o exemplo.

A realidade é que o “processo de paz” iniciado em Oslo, em 1992, está totalmente paralisado, e nem gestos como o de Abbas de renunciar ao direito de retorno à sua terra natal, agora em território israe-

NÚMEROS DA OCUPAÇÃO

- Depois dos Acordos de Oslo assinados entre Israel e a Organização de Libertação da Palestina, em 1992, a Cisjordânia foi dividida em três áreas: Área A: Sob controlo da Autoridade Palestiniana; Área B: Sob controlo israelo-palestiniano; Área C: Sob controlo exclusivo de Israel.
- Na Área C, que representa cerca de 60% de toda a Cisjordânia, vivem entre 90.000 e 150.000 palestinianos, de um total de 2,5 milhões no território ocupado na guerra de 1967 e que os colonos judeus designam pelo nome bíblico de Judeia e Samaria¹.
- Em toda a Cisjordânia, 42% da terra está reservada a colonatos². Em Julho de 2012, o movimento dos colonos anunciou que estes totalizavam 350.000 na Cisjordânia – um aumento de 15.000 face ao ano anterior. A previsão era a de que, à taxa de crescimento actual de 4,5%, o número elevar-se-á a meio milhão num período de 4 anos³.
- Cerca de 1.100 palestinianos, mais metade dos quais crianças, foram desalojados à força depois de as autoridades israelitas terem ordenado a destruição das suas casas em 2011, segundo o gabinete das Nações Unidas para a Coordenação das Questões Humanitárias (OCHA). Trata-se de um aumento de 80% em comparação com 2010. O OCHA contabilizou “622 estruturas destruídas” – um acréscimo de 42% face ao ano anterior, incluindo naquela percentagem “222 casas, 170 abrigos para animais, duas escolas e duas mesquitas”. A maioria das demolições (90%) e os desalojamentos (92%) ocorreu na Área C⁴.
- Segundo investigações da ONU, em 2011, colonos extremistas lançaram cerca de 300 ataques contra propriedades palestinianas (incluindo 10.000 árvores arrancadas ou danificadas), causando mais de 100 vítimas palestinianas. O número de incidentes violentos contra palestinianos também registou um aumento – de 200 em 2009 para mais de 400 em 2011. A organização israelita de direitos humanos Yesh Din, refere que, dos 781 ataques de colonos que registou desde 2005, 90% dos casos foram arquivados sem que ninguém fosse responsabilizado ou condenado⁵.
- Na Faixa de Gaza vivem 1,6 milhões de palestinianos, 50% dos quais têm menos de 18 anos. Um total de 38% vive na pobreza; cerca de 31% da força activa e 47% dos jovens estão desempregados. O rendimento económico desceu 20% nos últimos cinco anos. Um terço das terras agrícolas e 85% das águas piscatórias não têm uso devido às medidas militares israelitas. Cerca de 90% da água que provém do aquífero sem tratamento de Gaza não é potável. Entre 50 e 80 milhões de esgotos não tratados são lançados diariamente ao mar⁶.

¹ National Public Radio (NPR). ² Council for European-Palestinian Relations (CEOR). ³ *Times of Israel*. ⁴ The Palestinian Information Center. ⁵ Foreign Policy. ⁶ Council for European-Palestinian Relations (CEOR).

lita, mereceu uma resposta positiva de Netanyahu. Um dos seus antigos conselheiros e agora potencial parceiro de governo, Naftali Bennett, propôs uma anexação de 60% da Área C da Cisjordânia (sob controlo exclusivo de Israel e onde se encontra a maioria dos colonatos), gerando um coro de críticas na diáspora judaica e até numa parte da direita israelita. Esse plano, a ser posto em prática, enterraria de vez a solução de dois Estados.

“
[Com a eleição de Obama] foi vencido o nacionalismo judaico e triunfou o humanismo judaico.”

Na esquerda e centro-esquerda, as esperanças de evitar um Estado único também começam a diminuir. Nahum Barnea, uma das personalidades mais reverenciadas em Israel (mantém-se um pacifista apesar de a sua filha ter sido morta num atentado suicida), escreveu no diário hebraico de maior circulação, *Yediot Abronot*: “Os colonos ganharam. São parte de Israel. Não podem ser desenraizados ou erradicados. O ponto em que Israel poderia e deveria ter restringido o movimento colonial já está há muito ultrapassado. É melhor reconhecermos o facto e seguir em frente.”

O sinal de alarme mais sonante foi dado por Henry Siegman, presidente do *US/Middle East Project*, que num artigo intitulado *The Triumph and Tragedy of Greater Israel*, escreveu: “O processo de paz no Médio Oriente está morto. Mais precisamente, a solução de dois Estados está morta;

o processo de paz pode continuar indefinidamente se o governo israelita não mudar de rumo. A solução de dois Estados não morreu de morte natural. Foi estrangulada à medida que os colonatos judaicos na Cisjordânia foram sendo expandidos por sucessivos governos israelitas de maneira a impedir a emergência de um Estado palestiniano viável. O projecto de colonização atingiu a sua irreversibilidade intencional [...] devido ao poder político dos colonos e dos seus apoiantes dentro de Israel que têm interesses ideológicos e económicos na permanência dos colonos.”

Siegman crê que “a questão já não pode ser se o actual impasse pode resultar num só Estado; isso já aconteceu. Também não se levanta a questão sobre se as políticas do governo conduzirão ao que se pode, legitimamente, designar por *apartheid* (...). Os palestinianos já vivem esta realidade de um só Estado, privados de todos os direitos, prisioneiros em enclaves cercados por postos militares de controlo, muros de separação, barreiras de estrada, vedações de arame farpado e uma rede de auto-estradas ‘só para judeus’”.

Evocando Moshe Dayan, defunto chefe de Estado-Maior e ministro da Defesa, Siegman recorda que, em 1968, conquistados a Cisjordânia (incluindo Jerusalém Leste) e Gaza, o Sinai e os Golã, à pergunta sobre o futuro destes territórios respondeu: “Está a ser consumado um facto; o que existe assim deve permanecer”. Em 1977, ano em que o Presidente egípcio Anwar Sadat assinou o primeiro tratado de paz israelo-árabe, Dayan respondeu assim à mesma questão: “Não se trata de saber qual é a solução, mas como viver sem a solução”. ■